

MULHERES EM LUTA



julho de 2014 | lisboa.pcp.pt | pcp.pt

PCP LUTA PELO REFORÇO DOS DIREITOS DA MATERNIDADE E PATERNIDADE

O direito das mulheres a serem trabalhadoras e mães, sem qualquer penalização é parte integrante das conquistas de Abril e está consignado na Constituição da República Portuguesa.

Desde sempre o PCP tem vindo a intervir através de um conjunto muito alargado de iniciativas legislativas sobre os direitos de maternidade e paternidade, com o objectivo de reforçar o quadro legal existente no domínio dos direitos individuais e colectivos, das áreas do mundo do trabalho, da segurança social e da saúde tendo como principio orientador a protecção da função social da maternidade e paternidade consagrada na Constituição.

O projecto lei do PCP discutido na Assembleia da República, a 8 de Junho, assume a defesa de uma proposta progressista para a sociedade, a família e sobretudo para a criança, tendo em vista o seu superior interesse e o seu desenvolvimento integral, propondo:

1. **Alargamento do tempo de licença obrigatória da mulher** de 6 para 9 semanas;
2. **Alargamento do período de licença de paternidade**, de 10 dias facultativos, para 20 dias facultativos;
3. **Garantir a decisão livre do casal sobre o período do gozo de licença** de 150 ou 180 dias, em caso de partilha, garantindo sempre o seu pagamento a 100%;
4. **Criação de uma licença de maternidade específica de prematuridade**;
5. **Garantir a possibilidade de reintegração da trabalhadora grávida, puérpera ou lactante** noutra empresa do grupo em caso de despedimento colectivo; Ser mãe e trabalhadora com direitos!
6. **Nos casos de assistência a filho com deficiência ou doença crónica**, aumento de 30 para 90 dias anuais, pago a 100%.

Este projecto-lei do PCP foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e abstenção do PS.

CGTP-IN **MANIFESTAÇÃO**
GOVERNO RUA!
10 DE JULHO | QUINTA-FEIRA | 14H30
RUMO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EXIGIR A DEMISSÃO DO GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
MARQUÊS DE POMBAL

SECTOR PRIVADO, SECTOR EMPRESARIAL DO
ESTADO, INTERJOVEM E INTERREFORMADOS:
CAIS DO SODRÉ

O actual Governo PSD/CDS mostra-se preocupado com a baixa de natalidade. Pura demagogia. O mesmo governo que quer destruir a contracção colectiva, que rouba salários, que é cúmplice avança com propostas para destruir o direito à contracção colectiva, que mantém milhares de desempregados sem direito ao subsídio de desemprego e milhares de famílias sem direito ao abono de família. **A Comissão de Mulheres da Organização Regional de Lisboa do PCP apela à participação na acção de luta marcada pela CGTP-IN para a próxima quinta-feira, dia 10 de Julho!**

É TEMPO DE DEMITIR O GOVERNO E DERROTAR A POLÍTICA DE DIREITA

Num tempo em que, impunemente, os grandes grupos económicos e financeiros dificultam o acesso ao trabalho às mulheres grávidas ou as despedem por esse mesmo motivo, ou ainda, condicionam a obtenção do emprego à assinatura de acordos (ilegais) segundo os quais elas se comprometem a não ter filhos por um determinado número de anos.

Num tempo em que os sucessivos governos PS, PSD coligados ou não com o CDS nada fizeram nem fazem contra esta realidade que prejudica as mulheres, as famílias e o país.

Num tempo em que assistimos a declarações demagógicas do Governo em torno da “natalidade” que assentam em concepções retrógradas de responsabilização individual das mulheres e das famílias pela renovação das gerações e da desresponsabilização de Estado, das entidades patronais e de toda a sociedade para com a função social da maternidade e da paternidade.

Neste tempo de políticas que só favorecem o grande capital económico e financeiro, tendo como

consequência o empobrecimento do país impondo leis de trabalho cada vez mais injustas e desumanas que atingem todos os trabalhadores e muito particularmente as mulheres.

Num tempo marcado por uma ofensiva sem precedentes de desregulação dos horários de trabalho, de intensificação dos ritmos de trabalho impede o tempo de apoio aos filhos desde o nascimento e ao longo do seu crescimento, de redução dos salários e dos apoios e prestações sociais (abono de família, subsídio de desemprego)

Num tempo em que é negado às mulheres a liberdade de decidir o momento e o número de filhos que desejam ter; em que há grávidas que não têm direito à licença de maternidade, ou que são pressionadas a prescindir de gozo da sua totalidade.

Num tempo de privatização da rede de creches e infantários, de cortes no apoio à família e mensalidades elevadas para os orçamentos familiares, com falta de vagas para as classes trabalhadoras e populares.

SABIA QUE ?

Em Portugal, as causas estruturais da pobreza têm a sua origem em mais de 36 anos de políticas de direita, agora agravadas com a

aplicação das medidas do Pacto de Agressão da Troika, subscrito por PS, PSD e CDS.

No nosso país, em 2013, 54,5% das crianças viviam em famílias com rendimentos agregados inferiores a 628€ e mais de 13.000 crianças estavam sinalizadas

nas escolas com carências alimentares graves.

O empobrecimento de largas camadas da população, de agravamento da pobreza e da exclusão social é parte integrante do projecto político executado por este Governo PSD/CDS de concentração da riqueza. Em 2013 os principais grupos económicos registaram lucros escandalosos: EDP 1005 milhões de euros; GALP 310 milhões de euros; SONAE 319 milhões de euros; Grupo Jerónimo Martins 382 milhões de euros; Portucel 210 milhões de euros; BES 517 milhões de euros.



Compra já a tua EP!
Sabe mais em festadoavante.pcp.pt



ADERE AO PCP, CONTACTA-NOS!

correio@dorl.pcp.pt

Avenida da Liberdade, n.170 - Lisboa